

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria-Geral

Aviso n.º 10 514/98 (2.ª série) - Por despacho da Ministra da Saúde de 3 de Junho de 1998, foi homologado o protocolo de colaboração entre o Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência, a Ordem dos Farmacêuticos e a Associação Nacional das Farmácias, no âmbito do Programa de Substituição Narcótica com Cloridrato de Metadona, que a seguir se publica.

12 de Junho de 1998. - A Secretária-Geral, *Rita Magalhães Collaço*.

Protocolo de Colaboração entre o Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência, a Ordem dos Farmacêuticos e a Associação Nacional das Farmácias, no âmbito do programa de substituição narcótica com cloridrato de metadona.

Preâmbulo

O consumo ilícito e abuso de produtos psicotrópicos e estupefacientes tem vindo a registar em Portugal, tal como noutros países, uma expansão preocupante, crescendo a um ritmo muitas vezes avassalador e envolvendo franjas cada vez mais vastas e diversificados da sociedade.

Este panorama tem suscitado junto da generalidade dos Estados, e o Português não é excepção, uma política social interventiva, por um lado, visando prevenir o consumo dessas substâncias, através da informação e educação dos cidadãos e dos jovens em particular e, por outro, estimulando a procura de tratamento e recuperação do toxicodependente.

E isto porque subjacente a esta dupla preocupação há o entendimento de que o toxicodependente deva ser encarado como alguém que carece de apoio e assistência médica, impondo-se portanto que todos os esforços caminhem no sentido da sua recuperação, enquanto indivíduo e enquanto membro de uma sociedade que também é preciso proteger.

Foi neste enquadramento que foram criadas, pelo Estado Português, diversas estruturas vocacionadas para enfrentar as variadas vertentes do combate à droga, articuladas entre si e com a sociedade civil pelo Projecto Vida.

No âmbito do Ministério da Saúde, compete ao Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência (SPTT) a intervenção nas áreas

da prevenção, tratamento e reinserção social de toxicodependentes, através dos seus diversos tipos de unidades especializadas.

Compete particularmente aos centros de atendimento a toxicodependentes (CAT) a prestação de cuidados compreensivos e globais a toxicodependentes em regime ambulatorio, seguindo as modalidades terapêuticas mais apropriadas a cada situação.

De entre as diversas modalidades terapêuticas utilizadas, os estupefacientes substitutos, nomeadamente o cloridrato de metadona, têm conhecido um incremento significativo nas unidades especializadas do SPTT.

Os programas de substituição existentes obedecem a protocolos estabelecidos nos CAT, que possuem uma direcção clínica responsável pelo cumprimento do programa terapêutica e pelo seu regulamento. A prescrição é da competência exclusiva dos médicos e pressupõe a definição do projecto terapêutica e a assinatura de um contrato entre o terapeuta responsável e o doente.

A administração da dose diária de metadona aos doentes vem sendo efectuada nos CAT, assistindo-se a um alargamento progressivo do apoio de outras estruturas de saúde (centros de saúde e hospitais) nesta administração.

Todavia, o ritmo a que tem vindo a crescer o número de doentes com indicação para este tipo de terapêuticas, bem como as particularidades geográficas de algumas regiões do País, impõe a diversificação dos locais de administração, aumentando a acessibilidade aos programas.

Neste contexto, as farmácias, enquanto estabelecimentos privados prestadores de cuidados de saúde, pelas suas características de implantação geodemográfica, índole técnico-profissional e funcionamento legal, podem constituir uma importante rede complementar aos CAT e a outros serviços de saúde, na dispensa de medicamentos e acompanhamento à população toxicodependente incluída em programas de substituição narcótica.

Com efeito, o facto de as farmácias se distribuírem uniformemente pelo País permite que o toxicodependente possa cumprir o seu programa terapêutico de recuperação na área da sua residência ou de actividade profissional com vantagens inequívocas, nomeadamente na adesão à terapêutica.

Acresce que a participação da generalidade das farmácias em acções de promoção de saúde ou estudos dirigidos para a população toxicodependente, caso do Programa Nacional de Troca de Seringas

ou do Estudo do Consumo dos Medicamentos Tracer das Toxicodependências, favorece um relacionamento de confiança entre os toxicodependentes e os farmacêuticos.

Os farmacêuticos e as farmácias estão, por outro lado, organizados em estruturas profissionais de cúpula, como a Ordem dos Farmacêuticos (OF) e a Associação Nacional das Farmácias (ANF), respectivamente, instituições estas que permitirão coordenar, de forma efectiva, todo o trabalho de campo efectuado pelos primeiros e articular com os CAT e serviços regionais e centrais do SPTT todo o funcionamento dos programas.

Neste enquadramento, é assinado um protocolo de colaboração entre a Ordem dos Farmacêuticos, o Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência e a Associação Nacional das Farmácias, sujeito ao seguinte clausulado:

Cláusula 1.^a

Objecto

1 - O presente protocolo destina-se a regular os termos de colaboração entre a OF, o SPTT e a ANF, por forma a permitir o envolvimento dos farmacêuticos/farmácias em programas de substituição narcótica para toxicodependentes, instituídos pelos serviços do SPTF através dos CAT, e sob sua estrita responsabilidade, como estipula a lei vigente.

2 - Para efeitos do presente protocolo, apenas serão considerados os programas de substituição narcótica com cloridrato de metadona.

3 - Este protocolo é complementado pelo despacho emitido pela Ministra da Saúde, Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina, que se anexa.

Cláusula 2.^a

Subscritores

Subscrevem o presente protocolo a Ordem dos Farmacêuticos, representada pelo seu bastonário, Dr. João Gonçalves da Silveira, o Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência, aqui representado pelo seu presidente, Dr. João Castel-Branco Goulão, e a Associação Nacional das Farmácias, representada pelo presidente da sua direcção, Dr. João Carlos Lombo da Silva Cordeiro.

Cláusula 3.^a

Âmbito

O presente protocolo abrange as seguintes áreas de intervenção:

- 1) Garantia de qualidade da matéria-prima;
- 2) Formulação e controlo analítico de preparações de estupefaciente substituto utilizado em programas terapêuticas;
- 3) Dispensa de preparações de estupefaciente substituto e acompanhamento da administração terapêutica a indivíduos incluídos em programas de substituição nos CAT;
- 4) Desenvolvimento de programas para fins científicos.

Cláusula 4.^a

Comissão de acompanhamento

1 - Para avaliação permanente do trabalho de campo resultante da aplicação deste protocolo é criada uma comissão de acompanhamento, que integra pelo menos um representante de cada uma das três instituições referidas, que reunirão, ordinariamente, de três em três meses.

2 - Nas reuniões poderão participar outros elementos sempre que tal for considerado necessário.

Cláusula 5.^a

Competências

5.1 - Da ordem dos Farmacêuticos:

a) Aprovar o normativo de actuação profissional dos farmacêuticos envolvidos no programa;

b) Participar em reuniões trimestrais de acompanhamento, coordenadas pelo SPTT destinadas a avaliar o decurso do programa;

c) Colaborar em acções de formação, organizadas para os farmacêuticos, em matérias relevantes para a realização do programa.

5.2 - Do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência:

I - A definição e controlo das actividades que decorrem da utilização de narcóticos de substituição em prática ambulatório, nomeadamente:

a) A aquisição e a distribuição (em colaboração com a ANF) das matérias-primas necessárias à preparação da solução oral de cloridrato de metadona a 1 % e de todos os materiais necessários ao desenvolvimento do programa;

b) Nomeação do responsável, ao nível dos CAT, pela coordenação local do programa e com o qual articulam, em cada zona, as farmácias, bem como a definição das atribuições que lhe competem;

c) Determinação das zonas geográficas em que a participação das farmácias seja prioritária;

d) O estabelecimento de critérios para que a administração de narcótico substitua a indivíduos sujeitos a terapêutica de substituição possa ser efectuada nas farmácias (critérios de inclusão e de exclusão);

e) Coordenação de reuniões trimestrais de um grupo de acompanhamento envolvendo representantes da OF e da ANF destinados a avaliar o decurso do programa e a introduzir as modificações que se afigurem necessárias;

f) A avaliação dos resultados terapêuticos dos doentes incluídos neste programa.

2 - Organizar, em conjunto com as instituições farmacêuticas, um ciclo de formação inicial para os farmacêuticos aderentes ao protocolo e ciclos periódicos de formação para os farmacêuticos envolvidos, em matérias relevantes para a realização do programa.

5.3 - Da Associação Nacional das Farmácias:

a) Propor os farmacêuticos/farmácias a envolver nos programas de substituição narcótica mediante as necessidades que lhe forem transmitidas pelo SPTT (zonas e número);

b) Organizar, em conjunto com a OF e o SPTT ciclos periódicos de formação para os farmacêuticos envolvidos em programas de substituição;

c) Criar as condições logísticas necessárias ao desenvolvimento do programa de modo a:

Proceder, por solicitação do SPPT, ao controlo analítico das matérias-primas por este adquiridas;

Propor formulações galénicas apropriadas à utilização de estupefacientes de substituição em meio ambulatorio, tendo em conta as especificidades quer do produto quer do seu regime posológico;

Assegurar a distribuição às farmácias de todos os materiais necessários ao desenvolvimento do programa e à reposição de *stocks*;

Garantir o acompanhamento permanente das farmácias envolvidas;

Participar em reuniões periódicas (mensais) com as farmácias afectas ao CAT e o director do CAT ou um seu representante, destinadas ao seguimento do programa;

Participar em reuniões trimestrais de acompanhamento com a OF e coordenadas pelo SPTT a fim de possibilitar a realização de estudos científicos;

Compilar e tratar dados relativos à matéria-prima (narcótico de substituição), à colaboração das farmácias envolvidas e a todos os aspectos logísticos do programa, de forma concertada com o SPTT;

Elaborar e distribuir relatório semestral sobre o programa de actividades que envolva as farmácias.

Cláusula 6.^a

Regulamento

A aplicação do clausulado do presente protocolo é regulamentada em documento anexo, que dele faz parte integrante (normativo).

Cláusula 7.^a

Avaliação

Após seis meses decorridos sobre o início do projecto, aqui considerado a fase piloto, proceder-se-á à sua avaliação, que possibilitará a introdução das modificações consideradas necessárias.

A avaliação incidirá sobre os objectivos do programa, procedimentos metodológicos utilizados, índice de satisfação dos doentes e opinião dos técnicos envolvidos (técnicos dos CAT e das farmácias).

Cláusula 8.^a

Financiamento

Cabe ao SPTT o financiamento do programa, suportando os encargos gerais relativos a materiais e matérias-primas, ao processo de produção das saquetas com cloridrato de metadona e veículo de administração (anexo A.1). Suportará igualmente os custos com os monitores participantes nas acções de formação (anexo B.1) e ainda os custos relativos ao apoio logístico nas áreas da sua competência (anexo C. 1).

A ANF e a OF suportarão os custos inerentes ao processo de formação dos farmacêuticos envolvidos no programa, sendo da responsabilidade do SPTT a indicação dos monitores (anexo B.2).

A ANF suportará ainda os custos (anexo C.2) referentes a:

Pesquisa e desenvolvimento de novas formulações de cloridrato de metadona a 1 % e análise de qualidade da matéria-prima, da solução final e do veículo;

Desenvolvimento da logística para acompanhamento e suporte do programa.

Quanto ao custo do acto farmacêutico e dos profissionais envolvido (anexo A.2), este será suportado graciosamente pelos farmacêuticos que voluntariamente aderirem ao programa, durante a fase piloto em que o mesmo decorrer, na linha de anteriores contributos que vêm prestando, dirigidos ao mesmo grupo alvo.

Os valores orçamentados em anexo referem-se à fase experimental do projecto, que decorrerá até seis meses após o seu início.

Após este período experimental, todos os custos deste programa serão reavaliados, nomeadamente o custo da prestação farmacêutica.

Cláusula 9.^a **Casos omissos**

Os casos omissos neste protocolo e as suas eventuais dúvidas serão resolvidos ou esclarecidos por consenso entre a OF, o SPTT e a ANF, depois de ouvida a comissão de acompanhamento. A sua resolução deverá ser anexada ao protocolo inicial.

Cláusula 10.^a **Validade**

Sem prejuízo do disposto na cláusula 7.^a este protocolo terá a validade de um ano, considerando-se automaticamente renovado por igual período se, até um mês antes do seu termo, nenhuma das parte: manifestar por escrito a intenção de o denunciar.

3 de Junho de 1998. - O Presidente do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência, *João Castel-Branco Goulão*. O Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos, *João Gonçalves da Silveira*. - O Presidente da Associação Nacional das Farmácias, *João Carlos Lombo da Silva Cordeiro*.

MAPA GERAL DA ESTIMATIVA DE CUSTOS DO PROGRAMA
Orçamentos
(São projectados os custos a seis meses - valores em contos.)

| | Entidade financiadora | | Total |
|---|-----------------------|------------------------------|------------------|
| Descrição | SPTT | Sector farmacêutico (ANF/OF) | |
| Anexo A.1: Materiais e matérias-primas | 5 972 | | 5 972 |
| Metadona | 7 469 | | 7 469 |
| Anexo A.2 - acto farmacêutico | | 4 763 | 4 763 |
| Anexos B.1 e B.2 - acções de formação | 660 | 1 279 | 1 939 |
| Anexos C.1 e C.2: Análise de qualidade e estabilidade | | 3 000 | 3 000 |
| Desenvolvimento de novas formulações | | 550 | 550 |
| Apoio logístico | 900 | 5 120 | 6 020 |
| <i>Total</i> | 15 001 (50, 5%) | 14 712 (49, 5%) | 29 713 (100%) |

ANEXO A.1

Custos suportados pelo SPTT:

1) Matéria-prima - cloridrato de metadona, 18,5 kg:

CAT - 1400 frascos x 10 g = 14 kg;

Farmácias - 500 saquetas x 9 g = 4,5 kg;

Custo total: 403 750\$ x 18,5 kg - 7 469 375\$.

2) Matérias-primas para a preparação da solução de cloridrato de metadona a 1% e veículo e materiais:

Custo total para seis meses - 5 971 743\$, exc. IVA.

Nota. - Quadro discriminativo de custos em anexo.

Orçamento geral - CAT e farmácias

| Produto | Preço sem IVA | Empresa | Prazo | Previsão - Custos a seis meses | |
|---|---------------|--------------|----------|--------------------------------|----------------|
| | | | | Quantidade | Custos sem IVA |
| Frascos de 1000 ml clor. met. 1% (CAT) | 152\$00 | Lab. Militar | 1 semana | 1 400 | 288 800\$00 |
| Frascos c/veículos - 900 ml (farmácias) | | | | 500 | |
| Frascos de IL (recuperável) | 1 200\$00 | Lab. Militar | 30/45 | 1 500 | 1 800 |

| | | | | | | |
|---|----------------------|---|--------------|----------|-----------------|---------------|
| | | | | dias | | 000\$00 |
| Carteira | Enchimento | 11\$00 | Lab. Militar | 1 semana | 500 | 5 500\$00 |
| | Produção da carteira | 53\$00 | UNIPROMO | 45 dias | Manga 900 (500) | 477 000\$00 |
| Rótulos | | 16\$00 | | | 7 000 | 180 000\$00 |
| Rótulos de fim-de-semana | | | CABOGRÁFICA | 1 semana | 5 000 | 67 500\$00 |
| Blocos policopiativos | | | | | 60 | 163 000\$00 |
| Guia de tratamento | | | | | 2 500 | 52 500\$00 |
| Criação, maquetização dos rótulos e fotólitos | | | Corrente | 15 dias | | 134 100\$00 |
| Frascos de 10 ml | | 10\$50 | SIPACO | 30 dias | 10 000 | 105 000\$00 |
| Dispensador (2 a 10 ml) | | 18 000\$00 | Merck | 30/45 | 138 unidades | 2 484 000\$00 |
| Copos (100 copos) | | 395\$00 15% + 5% + 4% desconto p.p. | PALMILAR | 15 dias | 70 000 | 214 343\$00 |
| <i>Total</i> | | | | | | 5 971 743\$00 |

ANEXO A.2

Acto farmacêutico

O custo do acto farmacêutico inclui:

Preparação da solução;

Administração e acompanhamento do doente;

Registos.

O custo por administração e por doente será de 13 230\$, por mês.

Valor estimativo para seis meses - 4 763 000\$.

ANEXO B.1

Acções de formação

(custos suportados pelo SPTT)

Serão realizadas sete acções de formação, com dois dias cada e com a duração de doze horas por acção, nos seguintes locais:

Lisboa (três);

Leiria (uma);

Olhão (uma);

Setúbal (uma);

Santarém (uma).

Custo com formadores (10 dias x 6 h/d x 11 000\$/h) - 660 000\$.

ANEXO B.2

Acções de formação

(custos suportados pela ANF e OF)

Serão realizadas sete acções de formação, com dois dias cada e com a duração de doze horas por acção, nos seguintes locais:

Lisboa (três);

Leiria (uma);

Setúbal (uma);

Santarém (uma);

Olhão (uma);

envolvendo:

Aluguer de salas e áudio-visuais 299 000\$

Deslocações/alojamento 120 000\$

Refeições e *coffee-break* 158 000\$

Materiais pedagógicos consumíveis 684 346\$

Divulgação da acção 18 000\$

Custo total - 1 279 346\$.

ANEXO C.1

Orçamento para o apoio logístico ao programa

(custos suportados pelo SPTT)

Desenvolvimento dos processos de aquisição 90 000\$

Consumíveis 30 000\$

Telecomunicações 30 000\$

Total 150 000\$

Custo previsto para seis meses - 900 000\$.

ANEXO C.2

1 - Orçamento da análise de qualidade da matéria-prima, da solução e materiais, custos suportados pela ANF. - Estes ensaios foram efectuados pelo Laboratório de Estudos Farmacêuticos - LEF:

Análise da matéria-prima - cloridrato de metadona;

Estudos de estabilidade do cloridrato de metadona:

À luz;

Em água, marca *Luso*;

Análise de qualidade e estabilidade da solução de cloridrato de metadona a 1 %;

Análise da estabilidade da solução de cloridrato de metadona a 1 % no frasco de vidro de 1 l e nos frascos de fim-de-semana.

Custo total - 3 000 000\$.

2 - Orçamento do desenvolvimento e preparação de novas formulações de cloridrato de metadona a 1 %, custos suportados pela

ANF. - Este trabalho foi desenvolvido pelo Departamento de Tecnologia Farmacêutica - DTF:

Matérias-primas - 50 000\$;

Trabalho - concepção das fórmulas, preparação das soluções, elaboração de relatórios (100 h x 5000\$)-500.000\$.

Custo total - 550 000\$.

3 - Orçamento para o apoio logístico ao programa, custos suportados pela ANF:

A - Desenvolvimento de um programa informático para acompanhamento desta acção - 1 700 000\$;

B - Operadores 300 000\$

Consumíveis 80 000\$

Deslocações 60 000\$

Equipamentos 80 000\$

Telecomunicações 50 000\$

Total 570 000\$/mês

Valor a seis meses - 3 420 000\$.

Custo previsto para seis meses (A+B) - 5 120 000\$.

Metodologia do projecto Normativo

I - Produto:

I - O SPTT assegurar-se-á da aquisição da matéria-prima, que constitui o narcótico de substituição, a fabricante certificado pelas ISO 9001/2 ou EN ISO 9001/2, exigindo, para cada lote do produto a granel adquirido, o respectivo certificado analítico de controlo de qualidade.

2 - Sem prejuízo do referido no número anterior, o SPTT fornecerá amostras do narcótico de substituição à Associação Nacional das Farmácias, através do Laboratório de Estudos Farmacêuticos (LEF) e do Departamento de Tecnologia Farmacêutica (DTF), com vista à

verificação da qualidade da matéria-prima e ao desenvolvimento de formulações galénicas adequadas à administração do produto em ambulatório.

3 - O LEF emitirá um boletim de análise relativo à matéria-prima analisada, o qual será enviado ao SPTT.

4 - O DTE fornecerá propostas de formulações adequadas à administração do narcótico de substituição, cuja estabilidade será avaliada pelo LEF. O processo de selecção da formulação a adoptar realizar-se-á conjuntamente pelos SPTT, OF e ANF.

5 - O DTF responsabilizar-se-á pela concepção das metodologias de preparação da formulação seleccionada, com vista à sua produção e ou dispensa nas farmácias e nos CAT.

6 - Sempre que se considerar vantajoso, o DTF sugerirá novas formulações, cuja estabilidade haja sido avaliada pelo LEF.

7 - A entrada e saída de produto nos laboratórios da ANF será registada e, após a realização dos trabalhos, proceder-se-á à devolução da quantidade remanescente acompanhada de um relatório justificativo das quantidades utilizadas.

8 - O SPTT estabelecerá com o Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos (LMPQF) um acordo para a produção dos materiais destinados à preparação da solução oral de cloridrato de metadona a 1 %, a ser utilizada pelas farmácias no âmbito deste programa.

II - Doente:

1 - A escolha dos indivíduos sujeitos a terapêutica de substituição envolvidos neste projecto é da responsabilidade do SPTT/CAT.

2 - Devem ser indivíduos estabilizados na terapêutica com narcótico de substituição e que aceitaram voluntariamente a sua integração no programa. A sua área de residência ou de trabalho deverá estar na proximidade da farmácia escolhida para o seu acompanhamento.

3 - O doente deve ser apresentado ao farmacêutico pelo clínico responsável ou por quem o represente.

4 - Será entregue ao farmacêutico, no momento da apresentação do doente, a guia de tratamento.

5 - A guia de tratamento do doente terá o período máximo de validade de um mês.

III - Competências do SPTT:

1 - Aquisição e distribuição (em colaboração com a ANF) das matérias-primas necessárias à preparação da solução oral de cloridrato de metadona a 1% e de todos os materiais necessários ao desenvolvimento do programa terapêutico;

2 - Definição das zonas geográficas em que a participação das farmácias seja prioritária;

3 - Elaboração de uma guia de tratamento/receita, por doente, a ser utilizada por todos os CAT, devendo registar a informação suficiente para dar cumprimento ao disposto no artigo 29.º do Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de Outubro;

4 - Nomeação do responsável dos CAT pela coordenação do programa e definir as suas atribuições.

É da responsabilidade de cada CAT:

a) A escolha dos doentes de acordo com os critérios previamente referidos;

b) O preenchimento pelo responsável do CAT da guia de tratamento, com validade máxima de um mês, que será sempre entregue em mão ao farmacêutico;

c) Manter o acompanhamento permanente do doente e o contrato com o farmacêutico;

d) Todas as alterações à prescrição, que devem ser assinadas pelo clínico responsável, que deverá comunicá-las por escrito ao farmacêutico;

e) Organizar reuniões mensais com as farmácias envolvidas no projecto, nas quais deverá estar presente um elemento da ANF;

f) A renovação mensal da guia de tratamento, a fornecer ao farmacêutico.

5 - Numa fase inicial, cada CAT terá cinco farmácias da sua área a participar no projecto e cada farmácia deverá ter, como número máximo, cinco doentes.

6 - A definição de um programa-tipo para a formação prévia dos farmacêuticos e organização do referido curso.

7 - A organização, em conjunto com as instituições farmacêuticas, OF e ANF, de um curso anual, para os farmacêuticos envolvidos, em matérias relevantes para a realização do programa.

8 - A coordenação de reuniões trimestrais de um grupo de acompanhamento envolvendo representantes da OF, dos CAT e da ANF, destinado a avaliar o decurso do programa e a introduzir as modificações necessárias.

9 - Assegurar o registo justificado de aquisições, consumos e eventuais quebras, através das cópias da guia de tratamento, da requisição de narcótico substituto, bem como do documento de registo de movimentos, enviado pelas farmácias.

IV - Critérios de selecção das farmácias:

1 - As farmácias/farmacêuticos a envolver neste programa de narcótico de substituição são propostos pela ANF, mediante as necessidades do SPTT.

2 - As farmácias devem possuir condições de atendimento confidencial que permita administrar o narcótico de substituição e manter o diálogo em privado com o doente.

3 - Será condição preferencial:

a) A existência de um quadro mínimo de dois farmacêuticos na farmácia;

b) Ter uma boa experiência no Programa Troca de Seringas;

c) Participar no estudo dos medicamentos *tracer* das toxicodependências.

4 - A colaboração do farmacêutico/farmácia neste programa é voluntária.

5 - Normas de actuação profissional do farmacêutico:

a) É da responsabilidade do farmacêutico director técnico a administração da solução oral de cloridrato de metadona a 1 % e o preenchimento da guia de tratamento do doente;

b) Deve respeitar em absoluto a prescrição efectuada pelo médico do CAT: doses e horário de administração;

c) Só aceitar alterações à prescrição se comunicados por escrito pelo médico responsável e acompanhada de nova guia de tratamento;

- d)* Preencher a guia de tratamento no momento da administração e rubricar juntamente com o doente a guia na sequência de cada administração;
- e)* Efectuar um arquivo dos processos de todos os doentes que inclua as guias de tratamento;
- f)* Em caso de dúvida ou problema deve contactar de imediato o responsável pelo projecto no CAT e o responsável deste na ANF.

As anomalias ou problemas deverão ficar registados na guia de tratamento;

- g)* Os registos dos narcóticos de substituição serão efectuados de acordo com a legislação em vigor;
- h)* Deve fornecer mensalmente ao coordenador do CAT e ao coordenador da ANF, na reunião mensal, cópia das guias de tratamento;
- i)* O farmacêutico está obrigado a sigilo profissional;
- j)* O farmacêutico deverá frequentar formação prévia, promovida pelo SPTT em colaboração com a OF e a ANF, para poder integrar este projecto;
- l)* O farmacêutico aceitará a obrigatoriedade de participação na reunião mensal com o CAT e a ANF para análise do programa;
- m)* Deve participar nos ciclos periódicos de formação organizados pelo SPTT e CAT;
- n)* O farmacêutico deve comunicar, por escrito, com a antecedência de dois meses, o período escolhido para as férias ao coordenador do CAT e à ANF.

6 - Critérios de exclusão da farmácia:

- a) Quebra do sigilo profissional;
- b) Alterar a prescrição do médico do CAT;
- c) Não participar nas reuniões mensais ou nos ciclos de formação.

7 - Se a farmácia manifestar vontade de abandonar o programa deverá comunicar a sua decisão, por escrito, ao responsável do CAT e à A.NF com a antecedência de um mês.

V - Competências da ANF:

- 1 - Proceder ao controlo analítico, através do LEF, das matérias-primas adquiridas pelo SPTT.
- 2 - Sugerir ao SPTT formulações galénicas apropriadas para a solução oral de cloridrato de metadona a 1 %.
- 3 - Assegurar a distribuição às farmácias de todos os materiais necessários ao desenvolvimento do programa.
- 4 - Propor os farmacêuticos/farmácias a envolver neste projecto em número de cinco farmácias por área. Cada farmácia terá um número máximo de cinco doentes, numa primeira fase.
- 5 - Garantir o acompanhamento permanente das farmácias envolvidas.
- 6 - Os responsáveis do projecto deverão participar nas acções de formação do SPTT.
- 7 - Participar nas reuniões mensais com as farmácias e o CAT, destinadas ao seguimento do programa.
- 8 - Participar em reuniões trimestrais de acompanhamento com a Ordem dos Farmacêuticos e coordenadas pelo SPTT.
- 9 - Organizar, em conjunto com a Ordem dos Farmacêuticos e o SPTT, um curso anual de actualização/formação para os farmacêuticos envolvidos no programa de substituição.
- 10 - A recolha mensal dos dados fornecidos pela farmácia.
- 11 - A elaboração de um relatório sobre o programa de actividades e resultados do projecto.

VI - Competências da Ordem dos Farmacêuticos:

- 1 - Tudo o que se refira à formação e actuação profissional do farmacêutico tem de ser aprovado pela OF.
- 2 - A participação em reuniões trimestrais de acompanhamento coordenadas pelo SPTT, destinadas a avaliar o decurso do programa.
- 3 - A organização, em conjunto com a ANF e o SPTT, de um curso anual de formação para os farmacêuticos envolvidos neste programa.